JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL — ANO V – Nº 800 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1999

ACM quer votar contribuição para inativos até quarta-feira

Presidente do Senado pretende submeter ao plenário, ainda hoje, requerimento de urgência para votação do projeto integrante do programa de ajuste fiscal do governo, aprovado ontem à noite pela Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pretende colocar em pauta para votação no máximo na próxima quarta-feira o projeto instituindo a contribuição dos inativos do serviço público, aprovado ontem pela Câmara dos Deputados. Ele fez a previsão ao anunciar que submeterá ao plenário um requerimento de urgência para a matéria assim que ela chegar da Câmara, hoje. O senador ressaltou a importância da criação da contribuição dos servidores públicos da União para o programa de ajuste fiscal lançado pelo governo. "A comunidade nacional e a internacional, especialmente, esperam o resultado dessas votações. Nós precisamos sair desse problema da crise econômica, e é votando que vamos ajudar o país", argumentou o presidente do Congresso Nacional. Pelo projeto, ficam isentos da contribuição: inativos que recebem até R$ 600 e aposentados por invalidez (ou com mais de 70 anos) que ganham até R$ 3 mil.

PÁGINA 2

Novas regras para a coleta de sangue

PÁGINA 8

CAE aprova crédito para sanear bancos

PÁGINA 3

CCJ aprecia projetos que vão alterar o sistema partidário e eleitoral

CCJ começa a discutir a reforma política

PÁGINA 7

Senado lamenta saída de Josaphat

O senador Josaphat Marinho despediu-se do plenário ontem com um discurso recheado de críticas ao neoliberalismo e à globalização, responsáveis, segundo ele, pela manutenção das "disparidades e injustiças" no mundo moderno. Ele afirmou que as condições de vida no mundo hoje variam "da riqueza à exclusão social, com a manutenção de privilégios inadmissíveis". Josaphat foi homenageado por 34 senadores, unânimes em registrar que a saída do parlamentar baiano é uma enorme perda para o Congresso Nacional. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez uma homenagem inédita a Josaphat e passou-lhe a presidência dos trabalhos da sessão. Josaphat, aos 82 anos, encerra seu segundo mandato de senador (24 anos como parlamentar) e vai dedicar-se à advocacia em seu escritório em Brasília.

PÁGINAS 4 E 5

Em seu discurso de despedida no Senado, Josaphat Marinho traçou um quadro sombrio sobre as perspectivas de redução das diferenças sociais no mundo. Vários colegas de plenário fizeram apartes lamentando sua saída. Antonio Carlos Magalhães (*acima*) homenageou Josaphat passando-lhe a presidência da sessão do Senado de ontem

Senado vota urgência para contribuição de inativos

O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que pretende submeter requerimento ao plenário assim que a matéria chegar da Câmara, para possibilitar a votação da proposta até quarta-feira

O plenário do Senado deve votar hoje – assim que receber a matéria da Câmara – a urgência do projeto instituindo a contribuição previdenciária dos inativos. Desta forma, estará viabilizada a apreciação do mérito já na próxima terça-feira. A informação foi dada pelo presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, que garantiu:

– Vamos votar no Senado na terça, ou quarta no máximo.

O senador ressaltou a importância da criação da contribuição dos inativos para o ajuste fiscal.

– A comunidade nacional e a internacional, especialmente, esperam o resultado dessas votações. Nós precisamos sair desse problema da crise econômica, e é votando que vamos ajudar o país – concluiu.

Antes de começar a votação da matéria pela Câmara, Antonio Carlos previu que a mobilização feita pelas lideranças daria resultado:

– Ontem (*terça-feira*), o Senado deu uma prova evidente de seu desejo de contribuir para o ajuste fiscal, votando as alterações na CPMF. Tenho certeza de que a Câmara fará o mesmo, votando a contribuição dos inativos – disse.

Antonio Carlos lembrou que o Senado deu sua contribuição ao ajuste fiscal aprovando a prorrogação da CPMF

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 10h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

▶ 16h - Recebe o senhor Otto Perrone, presidente da Norquisa

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o ex-senador João Calmon, falecido no último dia 10.
Pauta: Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios; *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e o Chile; *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *PLC nº 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; *Ofício nº S-89/98, que encaminha solicitação do governo de Goiás acerca de operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; *Ofício nº S/2/99, que encaminha solicitação do governo do Ceará acerca de operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e *PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico e dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos.

COMISSÕES

▶ 9h30 - Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 1.727-2, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.
Local: Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho

▶ 10h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Apreciação do relatório final da Proposta Orçamentária para 1999.
Local: Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados

▶ 10h30 - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação do *PLC nº 03/99, que dispõe sobre a educação em direitos humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o Ensino Fundamental e Médio.
Local: Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO PARA A SEMANA

Sexta-feira (22.01.99)
▶ 9h - Sessão não deliberativa

Projeto deve garantir arrecadação adicional de R$ 4,2 bilhões por ano

O projeto que determina cobrança previdenciária de aposentados e pensionistas da União e aumenta a contribuição dos ativos para até 25%, aprovado na noite de ontem pela Câmara, tramitará em regime de urgência no Senado. Na sessão desta quinta-feira, será votado requerimento das lideranças partidárias com essa finalidade, o que possibilitará a votação do projeto pelo plenário já na terça-feira.

A proposta determina que a partir de 1º de maio próximo aposentados e pensionistas que ganham mais de R$ 600,00 por mês terão desconto de 11% de contribuição previdenciária. Até R$ 600,00, não haverá contribuição. Será cobrado um adicional, até 31 de dezembro de 2002, de 9 pontos percentuais para as aposentadorias de R$ 1.200,00 a R$ 2.500,00 e de 14 pontos percentuais sobre a faixa que exceder a R$ 2.500,00. A proposta isenta os aposentados por invalidez ou que tenham mais de 70 anos e ganham até o limite de R$ 3.000,00.

Waldeck Ornellas

SERVIDORES

Os servidores federais da ativa, que já contribuem com 11%, também pagarão adicionais até o ano 2002, idênticos aos dos aposentados – 9 pontos percentuais para a faixa salarial de R$ 1.200,00 a R$ 2.500,00 e 14 pontos sobre o que passar de R$ 2.500,00.

Para incentivar funcionários que já têm tempo para se aposentar, mas querem continuar na ativa, a proposta prevê que eles ficarão isentos da contribuição previdenciária. Conforme justificativa do ministro da Previdência, Waldeck Ornelas, tal isenção contribuirá para a manutenção do atual gasto com pessoal, porque, nesse caso, o governo não terá de substituir o aposentado por um novo contratado – situação em que teria de pagar ao aposentado e ao novo servidor.

Waldeck Ornelas sustenta que a contribuição dos aposentados e a cobrança dos adicionais renderão ao cofres federais R$ 4,2 bilhões por ano. Isso amenizará os gastos do governo com aposentados e pensionistas, que ficaram no ano passado em R$ 21,7 bilhões. Somando-se a nova receita aos R$ 2,4 bilhões obtidos atualmente com a contribuição dos servidores da ativa, o governo contará com R$ 6,6 bilhões de contribuição previdenciária, o que reduz o gasto líquido federal com aposentados para R$ 15,1 bilhões, conforme números do governo que acompanham o projeto de lei.

CE aprecia ensino de direitos humanos

Projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que inclui a temática dos direitos humanos no ensino fundamental e médio será examinado hoje, às 10h30, em reunião extraordinária da Comissão de Educação do Senado (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ). A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) é relatora da matéria.

A proposição institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos, que engloba o conjunto de iniciativas que têm como finalidade o respeito à dignidade da pessoa humana e a formação da cidadania.

De acordo com o projeto, a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos abrangerá, em sua esfera de ação, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e organizações governamentais e não-governamentais com atuação em educação em direitos humanos.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

CAE aprova empréstimos para sanear bancos

Operações de crédito aprovadas pela Comissão de Assuntos Econômicos permitirão aos governos dos estados do Ceará e de Goiás contratarem financiamentos no valor total de até R$ 1,373 bilhão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), aprovou ontem pareceres favoráveis aos pedidos de autorização para contratação de duas operações de crédito destinadas ao saneamento dos bancos estaduais de Goiás e do Ceará. As matérias deverão tramitar em regime de urgência no plenário, conforme decisão da comissão.

O primeiro parecer, aprovado por unanimidade, foi do senador João Rocha (PFL-TO) sobre operação de crédito no valor de até R$ 418,8 milhões para o saneamento do Banco do Estado de Goiás, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes).

Durante a reunião, os integrantes da comissão ouviram os presidentes das duas instituições financeiras beneficiadas pelas operações

O banco tem 303 agências e pontos de atendimento no estado e emprega 3 mil funcionários, segundo informou o presidente da instituição, Luís Fernandes, ao responder a uma indagação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Fernandes disse que, depois de saneada a instituição, seu controle será transferido para o governo federal até que seja feita a privatização.

A operação de crédito para o saneamento do Banco do Estado do Ceará, da ordem de R$ 954,2 milhões, também no âmbito do Proes, teve como relator o senador Jefferson Péres (PSDB-AM). O parecer levou mais tempo para ser aprovado devido às perguntas de Suplicy ao presidente do banco, José de Alencar. Ele informou aos senadores que o banco possui 1.049 funcionários, cujo futuro deverá ser decidido pelos novos proprietários da instituição, que será privatizada.

A matéria foi aprovada pela maioria dos senadores presentes à reunião, com o voto contrário de Suplicy, que alegou ser inoportuna a celebração do contrato de operação de crédito devido às denúncias de corrupção que recaem sobre a instituição.

ACM recebe presidentes do BB e da Caixa

O presidente do Senado conversou sobre os rumos da economia com o presidente do BB, Andrea Calabi, e...

... com o novo presidente da Caixa Econômica Federal, Emílio Carrazai

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e o novo presidente do Banco do Brasil (BB), Andrea Calabi, trocaram ontem impressões sobre a evolução da economia brasileira e os avanços do processo de ajuste fiscal, segundo revelou Calabi.

Depois de recordar que seu relacionamento com o senador Antonio Carlos é antigo, da época em que trabalhou na Secretaria do Tesouro e no Ministério do Planejamento, Calabi destacou que a visita ao presidente do Senado foi além da formalidade, em função "da liderança e do papel exercidos pelo presidente Antonio Carlos Magalhães".

Apesar de alertar que o novo quadro cambial ainda exigirá algum tempo para definir seu ponto de equilíbrio, Calabi manifestou confiança em que a ação articulada do governo e do Congresso permitirá levar adiante o processo de ajuste e modernização da economia brasileira.

No caso particular do Banco do Brasil, o novo presidente da instituição revelou que o balanço de 98, em processo de fechamento, deverá apontar um lucro da ordem de R$ 700 milhões, antes do recolhimento do Imposto de Renda.

CAIXA ECONÔMICA

Ainda ontem, Antonio Carlos Magalhães recebeu o novo presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Emílio Carrazai, que deverá tomar posse hoje. A visita foi de cortesia, segundo Carrazai, que também aproveitou a oportunidade para trocar impressões com o senador a respeito do quadro econômico nacional.

Será terça-feira sabatina de Francisco Lopes

Está marcada para a próxima terça-feira, às 10h30, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na qual será sabatinado o economista Francisco Lopes, indicado pelo governo para assumir a presidência do Banco Central (BC). A informação foi dada pelo presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP).

Piva informou ainda que deverá ser marcada uma reunião extraordinária da CAE para votar assuntos pendentes da pauta, como a programação monetária do Executivo para o primeiro trimestre deste ano. Além dessa matéria, estão na pauta da comissão solicitações de créditos externos para ciência e tecnologia e sistemas estaduais de previdência.

Senadores discutem parecer sobre Orçamento para 1999

Ramez Tebet fez um corte de mais de R$ 2,5 bilhões na proposta enviada pelo Executivo

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) retoma na manhã de hoje, às 10 horas, a discussão do relatório final da lei orçamentária para 1999. Os parlamentares deverão se informar junto ao relator-geral, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e aos sete relatores setoriais a respeito dos critérios utilizados para o acatamento das emendas apresentadas, antes de passarem à votação.

Tebet reduziu o montante da proposta enviada pelo Poder Executivo, com cortes em custeio (R$ 370 milhões), investimento (R$ 824 milhões) e no montante destinado ao pagamento de precatórios (R$ 1,34 bilhão). Ele descobriu que havia várias provisões para sentenças judiciais que ainda não haviam transitado em ulgado (às quais ainda cabem recursos). O relator-geral também reduziu em R$ 1,2 milhão o montante a ser gasto pelo governo federal com pessoal e encargos.

Os parlamentares deverão apresentar vários destaques para votação em separado das emendas apresentadas. A expectativa é de que a lei orçamentária seja votada, no mais tardar, na semana que vem.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1999

1

Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1998 (nº 622/98, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto da Convenção da UNIDROIT sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados, celebrada em Roma, no dia 24 de junho de 1995. Parecer nº 3/99-CRE, Relator: Senador Leomar Quintanilha, favorável.
Resultado: Aprovado. À promulgação.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1998 (nº 3.746/97, na Casa de origem). Presidente da República. Dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências.
Resultado: Aprovado com emendas de redação. À sanção.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

Acordo protege comércio de bens culturais

Bens culturais furtados ou ilicitamente exportados deverão ser restituídos aos países de origem. É o que dispõe a Convenção do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado, firmada pelo Brasil e aprovada ontem pelo Senado. O objetivo do acordo é estimular a cooperação cultural entre os países e garantir o comércio lícito dos bens culturais.

Às 20h00, depois que o presidente do Senado homenageou o senador Josaphat Marinho (PFL-BA), fazendo-o sentar-se para dirigir a sessão, este submeteu a votação projeto criando o Sistema de Ensino do Exército. Aprovada sem discussão, a iniciativa regulamenta as atividades educacionais do Exército, com o objetivo de integrá-las à educação nacional.

Josaphat se despede criticando a globalização

Parlamentar deixa o Senado protestando contra as desigualdades econômicas e dizendo que a intervenção "adequada" do Estado "é imprescindível para restringir os excessos do poder econômico privado e garantir a paz social"

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) despediu-se ontem do Senado com um discurso no qual sustentou que será difícil reduzir as desigualdades do mundo porque, se a globalização tem expandido conhecimentos, tem também servido para manter disparidades e injustiças, "com o consentimento e a cumplicidade do neoliberalismo".

Sustentando que as condições de vida no mundo variam da riqueza à exclusão social, com a manutenção de privilégios inadmissíveis, ele mencionou matéria publicada pelo *Le Monde Diplomatique*, segundo os quais as três pessoas mais ricas do mundo possuem fortuna superior à soma do produto bruto dos 48 países mais pobres, equivalentes à quarta parte da totalidade das nações do planeta.

Também informou que, em mais de 70 países, a renda por habitante é inferior à que se verificava há 20 anos, acrescentando que cerca de 3 bilhões de pessoas – a metade da humanidade – vivem com menos de R$ 3 por dia. Outro dado trazido ao plenário pelo senador: dos quatro bilhões de habitantes dos países em via de desenvolvimento, perto de um terço não tem acesso a água potável e aproximadamente 2 bilhões sofrem de anemia.

Segundo Josaphat Marinho, o Brasil é a demonstração de que o neoliberalismo não promove a prosperidade

Josaphat condenou a divisão da humanidade entre privilegiados e desamparados, e pregou a presença firme do poder do Estado, disciplinado pela lei, mas com autoridade adequada para estabelecer a ordem justa possível. "É imprescindível que o Estado garanta a paz social, fundada em restrições aos excessos do poder econômico privado. Não há tranqüilidade geral onde o capital domina sem limites e o sofrimento se alastra no desamparo", salientou.

Referindo-se ao Brasil, ele disse que a estagnação da economia e o aumento do desemprego estão provando que as práticas neoliberais não promoverão a prosperidade nacional. E avisou que se intensifica "a responsabilidade do Poder Legislativo, compelido a traçar fronteiras mais nítidas entre as suas atribuições e as dos outros órgãos constitucionais, notadamente o Executivo, para fortalecer-se na opinião do país". A seu ver, isso só será possível "no regime de uma Constituição estável e aplicada com espírito construtivo".

– O Senado e a Câmara têm papel relevantíssimo no redimensionamento do sistema político. As duas Casas, engrandecidas pela elevação de suas funções, representam âncoras do regime livre e justo – ensinou o parlamentar.

Deixando o Senado aos 83 anos de idade, Josaphat Marinho disse que não reivindica postos, mas espera continuar um militante da democracia e da justiça social. "No chão áspero da rua também há espaço para o combate gerador de esperança", afirmou.

Ao lamentar a ausência dos políticos que, com ele, elegeram-se, em 1947 e 1955, Josaphat disse que hoje só restam no Parlamento, dos políticos de sua época, Antonio Carlos Magalhães, presidente do Senado, e Djalma Bessa (PFL-BA). Citou o nome dos companheiros que morreram, mencionando, da Câmara dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, "figura moça e já projetada para o futuro". Também manifestou sua gratidão à Bahia e aos parlamentares com quem teve uma convivência cordial, acima de diferenças partidárias.

Trinta e dois senadores apartearam Josaphat, durante o seu discurso, para lhe prestar homenagens.

HUGO NAPOLEÃO

O líder do PFL, Hugo Napoleão, disse ser um "atento admirador e assíduo ouvinte" de Josaphat. Mencionando as boas lembranças que Churchil tinha do tempo em que integrava a Câmara dos Comuns, ele afirmou: "Como foi edificante participar dos trabalhos desta Casa, onde tão relevantes serviços prestou V. Exa.".

ARTUR DA TÁVOLA

O senador Artur da Távola disse que Josaphat é "o político que encarna em plenitude os valores da minha formação", pela cultura jurídica e sua independência absoluta. Para Artur da Távola, "o direito está deixando o parlamento", mas as lições deixadas por Josaphat estão guardadas.

BERNARDO CABRAL

O senador Bernardo Cabral aparteou de pé o discurso de despedida de Josaphat Marinho. "Jamais vi em seus lábios o sorriso rasteiro da bajulação", afirmou Cabral, que definiu Josaphat Marinho como "um animal político confinado na jaula de sua inteireza moral".

EDISON LOBÃO

Edison Lobão lembrou que, durante o governo Castello Branco, a contribuição de Josaphat Marinho na elaboração da Carta de 1967 foi salientada na época por Pedro Aleixo, presidente da comissão especial que examinou o projeto de Constituição apresentado pela Presidência da República.

JÁDER BARBALHO

Jáder Barbalho destacou o privilégio de ter sido, na primeira convenção nacional do PMDB, cabo eleitoral da chapa encabeçada por Josaphat, derrotada por Ulysses Guimarães. "Com o passar dos anos", segundo ele, Josaphat "foi apurando ainda mais sua conduta".

IRIS REZENDE

Iris Rezende, por sua vez, considerou que, com a perda de Josaphat Marinho, o Senado não será mais o mesmo, mas continuará "grande e respeitado porque um dia o integrou Josaphat Marinho". Para o senador, Josaphat sempre "representou um norte, uma segurança" para os outros senadores.

RONALDO C. LIMA

Para Ronaldo Cunha Lima, a saída de Josaphat remete a uma saudade só minimizada pela esperança: "Os seus ensinamentos transmitem a certeza da esperança. A sua firmeza de caráter não consente com o sentimento de saudade, mas sim com a esperança que indica os caminhos que devemos seguir".

EDUARDO SUPLICY

Eduardo Suplicy destacou o trabalho de Josaphat como constitucionalista, "alertando o Senado a respeito de decisões em que incorreríamos em erro". Para Suplicy, a síntese dos ideais do senador baiano está expressa em seu discurso de despedida, em que Josaphat defende uma melhor distribuição de renda.

JÚNIA MARISE

Destacando o saber jurídico demonstrado por Josaphat como relator do projeto do novo Código Civil, Júnia Marise disse que ele pautou sua vida na ética, como mostrou ao se recusar convite para ser ministro do STF, cargo que ocuparia por apenas oito meses, podendo se aposentar em seguida.

Josaphat afirmou que, mesmo fora do Legislativo, irá permanecer empenhado no "combate gerador de esperança"

PEDRO SIMON

Emocionado, o senador Pedro Simon disse que, com seu pronunciamento de despedida, Josaphat deu uma verdadeira aula de democracia, credenciando-se a ser o "referencial que falta ao país, coroando décadas de dignidade, caráter, coerência e preocupação com o social".

DJALMA FALCÃO

Djalma Falcão disse que é "aluno atento às lições do mestre do saber político, das preocupações sociais e do espírito público" desde o tempo em que ambos militavam no PMDB e que Josaphat "honra as tradições da Bahia" ao integrar agora o grupo seleto de Rui Barbosa, Castro Alves e Antonio Carlos Magalhães.

GERALDO MELO

Segundo Geraldo Melo, Josaphat merece um galardão da política brasileira: "Com seus 83 anos, vestido de juventude de corpo e espírito, com lucidez ímpar, ingressa na História, cercado do reconhecimento de seus pares, agradecidos pelo privilégio de sua convivência, onde brilhou como um farol."

LÚCIO ALCÂNTARA

Lúcio Alcântara disse que a proximidade física das bancadas do Ceará e da Bahia no plenário colaborou para que se aproximassem e se tornassem amigos. Alcântara acrescentou que os ensinamentos de Josaphat permanecerão no Senado balizando e inspirando a atuação dos demais parlamentares.

ADEMIR ANDRADE

Ademir Andrade revelou que, apesar de representar o Pará, é nascido e criado na Bahia. "No tempo das lutas estudantis, já ouvia falar no nome de Josaphat Marinho. Hoje, é a mesma pessoa, competente, lúcido, inteligente, bem intencionado e lutador", afirmou.

ROBERTO REQUIÃO

Roberto Requião disse que Josaphat tinha uma trajetória parecida com a dele próprio, "sempre aplaudido, respeitado, mas pouco escutado", e anunciou que o dólar foi negociado nesta quarta-feira a R$ 1,90, atestando os alertas dados por Josaphat no seu discurso de despedida.

SÉRGIO MACHADO

O senador Sérgio Machado afirmou Josaphat Marinho "será sempre um político jovem, com sonhos a conquistar. Nunca teve medo de defender suas idéias e nós, do PSDB, às vezes por caminhos diferentes, sempre partilhamos de seus propósitos de promover o bem-estar de todos os brasileiros".

Antonio Carlos passa presidência da sessão ao homenageado

Numa homenagem inédita, Josaphat assumiu a presidência dos trabalhos, por iniciativa de Antonio Carlos

Depois de elogiar a trajetória política de Josaphat Marinho, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, encontrou uma maneira inédita de homenagear o senador que se despedia e passou a ele a presidência dos trabalhos.

– Josaphat se despede do Senado à altura dos melhores momentos de sua grande vida, a qual passou a serviço da Bahia, das ciências jurídicas, do Parlamento e da democracia. O brilho de sua inteligência e sua capacidade de oratória tornaram este um dia memorável para o Senado. Sua vida é muito maior do que a sua modéstia – afirmou o presidente do Congresso Nacional.

Antonio Carlos ressaltou o trabalho jurídico de Josaphat, "resumido no notável desempenho como relator do projeto de Código Civil, que por um pecado ainda não foi votado na Câmara dos Deputados". E acrescentou, considerando que Josaphat ainda tem uma contribuição indispensável a dar ao país e ao Congresso:

– Josaphat Marinho continuará plantando a sua contribuição. É uma figura indispensável ao Senado Federal. Com ou sem mandato, é um exemplo para futuras legislaturas.

Depois de mais de duas horas recebendo homenagens, Josaphat Marinho passou a presidir a sessão, na qual os senadores ainda puderam votar e aprovar o projeto que institui o Sistema de Ensino do Exército. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que Antonio Carlos, ao passar a presidência para Josaphat, interpretava o pensamento de todo o plenário. Pedro Simon também felicitou o presidente pela atitude inédita e inspirada.

José E. Dutra

Agradecendo a convivência com Josaphat, José Eduardo Dutra disse: "Muito aprendi com essa proximidade. Quero crer que a despedida não será definitiva, pois na próxima semana haverá matérias importantes a votar e sei que teremos mais uma vez o privilégio de aprender com a lucidez de suas posições".

Romeu Tuma

Conforme Romeu Tuma, Ponce de Léon andou a vida toda procurando a fonte da juventude, mas se conhecesse Josaphat Marinho saberia que a juventude eterna está no tratamento humano, no carinho e inteligência que ele dedica a todos. "Muito me engrandeci com essa convivência", afirmou.

Arlindo Porto

Um aprendizado para toda a vida. Assim Arlindo Porto definiu seu convívio com Josaphat Marinho, destacando a firmeza com que enfrentou momentos difíceis, como "o período de exceção pós-1964". Para Porto, Josaphat legou ensinamentos sobre a responsabilidade diante dos problemas do país. "Josaphat é um operário por uma nação mais justa", afirmou.

Marluce Pinto

Para Marluce Pinto, a unanimidade dos senadores em torno de Josaphat faz justiça a sua trajetória de serenidade e consciência. "Tenho certeza de que suas palavras não foram em vão, serviram de ensinamento", afirmou, sugerindo a instituição do cargo de senador vitalício, "muito apropriado para Josaphat".

Pedro Piva

Depois de relacionar grandes nomes na história política da Bahia, o senador Pedro Piva disse que Josaphat Marinho pode ser incluído entre eles. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos definiu-se como um aluno do senador baiano, a quem deve "grandes ensinamentos" durante seu mandato.

Marina Silva

A unanimidade em torno de Josaphat tem a ver com sua base ética e sua coerência, observou Marina Silva. Com todas as suas atribuições, ele é homem de ir a supermercado para fazer compras. "Parabéns pela grandeza no grande e parabéns pela grandeza no pequeno. Não existe separação entre elas para os que privilegiam uma relação ética com a vida", disse.

Casildo Maldaner

Casildo Maldaner assegurou que a partir de agora, no caminho fora do Legislativo a ser trilhado por Josaphat, o Parlamento em geral, e o Senado em particular, serão enaltecidos. Maldaner revelou que arquiva "com emoção" os apartes que teve o "privilégio" de receber de Josaphat a seus pronunciamentos.

Valadares

Concordando com a definição de Távola sobre Josaphat – "estadista do Legislativo" –, Antonio Carlos Valadares salientou que ele também pode ser denominado "advogado do Legislativo". Josaphat demonstrou que "o poder do Direito é a forma de aplacar a dominação sobre as classes menos favorecidas", disse Valadares.

Carlos Wilson

O senador Carlos Wilson manifestou-se orgulhoso por ter sido privilegiado com a convivência diária com o senador Josaphat Marinho. Para ele, o senador baiano é uma referência de tranqüilidade e de sabedoria. Wilson disse ainda que Josaphat se despedia do Senado e da vida pública com a consciência tranqüila e com a consciência do dever cumprido.

Djalma Bessa

Lembrando a trajetória que compartilhou com Josaphat desde 1954, quando foram deputados estaduais, Djalma Bessa constatou que a postura, a lucidez e a eloqüência continuam quase as mesmas. "V. Exa. ainda tem muita estrada, muito chão a percorrer, porque saúde com certeza não lhe há de faltar", afirmou.

Josaphat foi o relator do Código Civil

Júlio Campos

Júlio Campos citou Guimarães Rosa: "A gente morre para provar que viveu", mas no caso de Josaphat não é necessário morrer, pois deixa uma obra imensa. Campos disse que Josaphat lega uma lição de vida, de democracia e de lealdade e lembrou que se sentia honrado em cumprimentá-lo diariamente.

Sebastião Rocha

Sebastião Rocha resumiu o que sentia ao ouvir a despedida de Josaphat: o lamento pela perda de um conselheiro *hors-concours* e a admiração pelo discurso brilhante. Disse que Josaphat ganhou o respeito da nação pela trajetória na vida pública, pautada pela independência de pensamento e de expressão.

Carlos Patrocínio

Considerando-o "mais uma aula de honradez e civismo" Carlos Patrocínio agradeceu a Josaphat por seu discurso. "Sempre sonhei com um Parlamento de muitos Josaphats, mesmo sabendo que seria impossível. O Senado fica mais pobre, embora nós estejamos mais ricos de sua convivência, amizade e coerência."

Ney Suassuna

Ney Suassuna afirmou que, ao chegar ao Senado, novato, logo escolheu Josaphat como ícone de honradez e sabedoria, sempre recebendo dele conselhos e informações com bondade e aparentando estar lidando com um igual. "Tenha certeza de que sempre vou citá-lo como uma das grandes figuras que já passaram pelo Senado", afirmou.

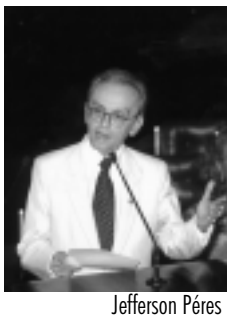
José Agripino

José Agripino lembrou a votação do projeto de Código Civil, no ano passado. "Ninguém poderá esquecer a sessão em que Josaphat relatou o projeto, por mais de duas horas, em pé, sem sequer consultar um papel. Ao despedir-se, leva a admiração de seus pares. Hoje e sempre, será ponto de referência no Senado."

Bello Parga

Enaltecendo Josaphat como exemplo de homem público e detentor de lúcida compreensão dos problemas nacionais, Bello Parga disse que ele "engrandece o Senado e todos os senadores", e testemunhou o valioso trabalho realizado pelo representante baiano durante sua permanência na Casa.

Congresso fica empobrecido, diz Jefferson



Jefferson Péres

As contingências da política, que levaram o senador Josaphat Marinho a não se candidatar à reeleição para o Senado e a praticamente retirar-se da vida pública, resultaram em "lamentável perda", afirmou ontem o senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

Apesar de suas discordâncias com o senador baiano, relativas ao papel do Estado na sociedade nacional, Jefferson disse que elas não diminuem a tristeza de "ver o Congresso Nacional e a vida pública brasileira empobrecidos com a perda de um homem do quilate de Josaphat Marinho".

Jefferson Péres manifestou a admiração que sente por Josaphat, "em razão de sua postura ética e coerente, em total descompasso com os padrões que, infelizmente, marcam a cena política do nosso país". O perfeito domínio do idioma e o notório saber jurídico aliam-se, em Josaphat, à postura independente, de quem "não faz arranjos nem conchavos, não cede a *lobbies*, não pertence a grupos, frentes ou alas e não vacila em dissentir do seu partido quando as decisões da cúpula esbarram em suas convicções", acrescentou.

O senador pelo Amazonas referiu-se também ao indisfarçável desencanto de Josaphat com a política, baseado na constatação de que ela não mais representa a agregação em torno de programas ou doutrinas, mas o "ajuntamento em torno de interesses". "Constatação melancólica com a qual concordo inteiramente", disse. Jefferson pediu à Mesa que seja transcrito nos Anais artigo de sua autoria intitulado "Lamentável perda", publicado em um periódico amazonense.

Miranda lembra sua defesa da Amazônia

Ao despedir-se dos senadores e avaliar sua atuação na Casa desde 1993, senador recorda as "lições de cidadania, pluralismo e tolerância" que recebeu

"Busquei a verdade, sob todos os aspectos. Nem sempre a consegui. E, como lembra o preceito bíblico, a verdade liberta". A afirmação é do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), ao despedir-se ontem do Senado. Ele destacou que deixa a Casa com o sentimento do dever cumprido e sentindo-se livre. "Livre e consciente de ter sido protagonista de um momento único e decisivo da história brasileira", acrescentou.

O parlamentar se disse leve por ter sempre procurado estar a favor do Amazonas e lutado pelo bem do país. "Tentei fazer de meu mandato o instrumento privilegiado para a defesa do Amazonas e da Amazônia, na certeza de que, assim fazendo, estaria contribuindo para o desenvolvimento do Brasil", declarou Miranda, depois de lembrar que em 1993 assumiu pela segunda vez o mandato de senador, como suplente de Gilberto Mestrinho.

Discursando no plenário, Gilberto Miranda despediu-se "com o sentimento do dever cumprido"

– Especialmente para quem, como eu, não construiu uma trajetória de vida tendo na atividade política seu caminho natural, a possibilidade de chegar pela segunda vez ao Senado, participando de maneira muito direta de um momento especial da História do nosso país, é motivo do mais profundo orgulho.

Gilberto Miranda observou que o Senado é uma Casa onde se aprende muito mais do que se ensina, principalmente com o presidente. "Aqui ampliamos a compreensão do que verdadeiramente seja o Brasil. Aqui aprendemos a respeitar as diferenças que tão bem ilustram a identidade nacional, entendendo, mais do que nunca, o sentido da expressão unidade na diversidade."

Ele se disse grato ao Senado pelo denso aprendizado obtido e testemunhou que a Casa dá lições de cidadania, pluralismo e tolerância. "Ter sido um de seus integrantes me fez mais brasileiro, mais tolerante, mais pluralista, enfim, um cidadão mais consciente." Gilberto Miranda afirmou ter a certeza de não se haver omitido em relação às questões que afetam o cotidiano da população brasileira e acrescentou: "Tentei representar o Amazonas com dignidade e proficiência".

Apartes apontam competência e preocupação com a região

Inúmeros senadores pediram a palavra ontem para homenagear o senador Gilberto Miranda, logo após seu discurso de despedida do Senado. "Trata-se de uma personalidade envolvente, que a todos conquistou. Todos nós haveremos ainda de nos encontrar, pelo bem do Brasil", disse o senador Hugo Napoleão (PFL-PI), depois de elogiar o trabalho de Gilberto Miranda na Casa.

Os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Rocha (PFL-TO) também disseram ter certeza de que, em breve, Gilberto Miranda estará de volta à Casa e ao convívio cultivado nos últimos seis anos com os parlamentares. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) expressou profunda admiração pelo homenageado, testemunhando seu amor à causa da região Norte. E Geraldo Melo (PSDB-RN) registrou o senso de responsabilidade com que ele agiu como relator do projeto do Código de Trânsito Brasileiro.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) cumprimentou Gilberto Miranda pela eficiência com que representou o Amazonas no Senado, dizendo que, sempre que os interesses da região estavam em jogo, o homenageado estava presente para lutar pelo Norte do país. Djalma Bessa (PFL-BA) mencionou seu pragmatismo, dizendo que, tendo aprendido política nos últimos anos, Gilberto Miranda deixa agora o Senado como um novo homem.

Josaphat Marinho (PFL-BA) renovou manifestações de estima para com o homenageado, enquanto Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que essa não era "uma despedida, mas um até logo". Edison Lobão (PFL-MA) louvou a competência com que Miranda conduziu-se no Senado, enquanto Jônice Tristão (PFL-ES) celebrou sua amabilidade e cordialidade.

Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que "aos jovens não se diz adeus, porém um até breve, porque o tempo é deles". Lúcio Alcântara (PSDB-CE) celebrou o profissionalismo com que Gilberto Miranda se conduziu, sobretudo como relator-geral do projeto de orçamento, em 1994. E Júnia Marise (PDT-MG) disse que o homenageado deixa a lembrança permanente da convivência fraterna na Casa.

Diversos senadores elogiaram a "personalidade envolvente" e o dinamismo de Gilberto Miranda

Pedro Simon (PMDB-RS) agradeceu porque, num momento delicado de sua vida, prestes a fazer uma cirurgia difícil, Miranda lhe arranjou o melhor cirurgião de São Paulo, numa manifestação de grandeza de espírito. Fernando Bezerra (PMDB-RN) agradeceu a confiança nele depositada quando relatou o projeto da Lei de Patentes e associou-se às manifestações de apreço.

Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que, se em algumas ocasiões ele e Gilberto Miranda chegaram a discordar, sempre estiveram em convergência na defesa dos interesses nacionais. "E em nenhum momento V. Exa. se omitiu na defesa do nosso estado", testemunhou. Iris Rezende (PMDB-GO) celebrou o convívio dos últimos quatro anos, observando que seria capaz de citar dezenas de ações empreendidas por Gilberto Miranda em inúmeras áreas da atividade pública.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) testemunhou a informalidade do homenageado no trato com os colegas e a capacidade de buscar soluções para os problemas. Marluce Pinto (PMDB-RR) disse que é importante para o país ter empresários bem-sucedidos, capazes de propiciar a multiplicação da renda e dos empregos. Nabor Júnior (PMDB-AC) expressou admiração pelo trabalho do homenageado, dizendo que ele sempre esteve presente nas atividades da Casa.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que, no Senado, se aprende a conviver com quem pensa diferente, sendo isso o que ocorreu entre ele e Miranda. Afirmou que, juntos, votaram a favor de algumas matérias e remontou ao projeto Sivam, para dizer que o homenageado votou a favor da matéria, mas posteriormente mudou de opinião, adotando posição crítica.

Pedro Piva (PSDB-SP) se disse um afortunado por morar em São Paulo e, portanto, poder manter o convívio com o homenageado. E acrescentou: "Aqui V. Exa. representou duas regiões do país – a Norte e São Paulo, do qual foi sempre o quarto senador, pela postura e grandeza." Carlos Wilson (PSDB-PE) elogiou o trabalho de Gilberto Miranda como presidente da CAE e disse que ele estava se despedindo do Senado, não dos amigos.

Osmar Dias (PSDB-PR) também reconheceu o trabalho do senador amazonense na CAE, dizendo que Miranda a presidiu de forma dinâmica, objetiva e competente. "Votamos muitas matérias de grande importância para o país", acentuou.

ACM saúda "parlamentar querido pelos colegas"

Ao final dos apartes que homenagearam o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) em sua despedida do Senado, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que ele foi uma figura polêmica, mas muito importante para o Parlamento. "Sempre que esteve em discussões difíceis, V. Exa. se saiu muito bem, daí porque fico feliz em lhe trazer nessa hora uma saudação, em nome do Senado Federal", disse Antonio Carlos.

Conforme Antonio Carlos Magalhães, os inúmeros apartes de homenagem a Gilberto Miranda foram uma demonstração de que ele é querido entre os parlamentares. "Eu quero me juntar, e a Mesa também, a todos eles e dizer que V. Exa. fará falta nas suas virtudes e até nos seus defeitos, pois é aí que realmente se verifica que todas as pessoas têm virtudes e defeitos", acrescentou o presidente do Senado. Ele agradeceu o trabalho de Gilberto Miranda nesse mandato que se encerra na Casa.

Nabor Júnior pediu envio de recursos para atender as famílias atingidas

Enchentes causam aflição no Acre, alerta Nabor Júnior

As enchentes no Acre, que atingem sete municípios, preocupam o senador Nabor Júnior (PMDB-AC), para quem o estado vive "em aflição", devido ao aumento do nível dos rios da região. De acordo com o senador, o problema já atinge cerca de dez mil famílias em sete municípios, entre eles a própria capital do estado, Rio Branco.

Nabor Júnior fez apelo ao secretário de Políticas Regionais, Ovídio de Angelis, no sentido de que sejam enviados recursos ao estado para o atendimento às famílias atingidas.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Hidroginástica
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Reabilitação de amputados - 2º parte
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Spinning Bike
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, João Pessoa
9h30 - *Entrevista* - O senador Artur da Távola fala sobre "Educação Ambiental e Direitos Humanos"
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *Sessão plenária* (ao vivo) - *Em votação:* Projeto que estabelece uma nova sistemática para o tratamento da saúde mental no Brasil
12h - *Cores do Brasil* - Diamantina
12h30 - *Entrevista* - O senador Artur da Távola fala sobre "Educação Ambiental e Direitos Humanos"
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Brasília
13h30 - *Debate* - Os senadores Geraldo Althoff e Lúcio Alcântara debatem sobre "Medicina Alternativa"
14h30 - *Sessão plenária* (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - João Pessoa
19h - *Palestra* - Associação dos Docentes da Escola Superior de Guerra/último programa
20h30 - *Entrevista* - O senador Artur da Távola fala sobre "Educação Ambiental e Direitos Humanos"
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Debate* - Os senadores Geraldo Althoff e Lúcio Alcântara debatem sobre "Medicina Alternativa"
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Sessão plenária* (reapresentação)
Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h- Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em linha direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em linha direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em linha direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - Sessão plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

CCJ começa a discutir a reforma política

O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral, concedeu ontem por uma semana vista coletiva dos relatórios apresentados pelos senadores Sérgio Machado e Francelino Pereira às onze propostas em pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) iniciou na reunião de ontem a discussão das propostas que integram a reforma político-partidária, com a apresentação dos pareceres dos relatores das matérias, senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) e Francelino Pereira (PFL-MG).

Em seguida à apresentação dos pareceres, por acordo, o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva das proposições aos membros da CCJ pelo prazo de uma semana. A sistemática foi adotada por entenderem os senadores que as propostas são controversas e, por isso, devem ser debatidas e analisadas adequadamente.

– A matéria é polêmica, pois trata-se de assunto do conhecimento e interesse de cada parlamentar – afirmou Francelino, que considera ser este o momento propício para realizar a discussão sobre a reforma político-partidária.

Essa também é a posição do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que pediu o aprofundamento dos debates, já que muitos senadores não tiveram a oportunidade de participar da comissão especial sobre o assunto.

– O Senado não consegue adotar uma terceira posição: ou vota com pressa ou não vota. Deve-se dar prioridade a esse assunto, mas não se deve correr com sua tramitação – defendeu Pedro Simon.

Sérgio Machado, que também foi relator da comissão especial, defendeu a elaboração de um plano de trabalho para a tramitação das propostas da reforma política, no que foi atendido por Cabral. O presidente da comissão nomeou os senadores Pedro Simon, Jefferson Péres (PSDB-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE), além do próprio Sérgio Machado, para definirem um plano para a votação das 11 proposições que compõem a reforma, de acordo com a evolução das discussões.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania voltará a debater a reforma política na próxima semana

Financiamento público e voto distrital dominam discussão

Apesar da concessão de vista (instrumento regimental pelo qual os parlamentares ganham um prazo maior para analisar a matéria e apresentar emendas), os senadores presentes à CCJ aproveitaram a ocasião para defender suas posições, principalmente sobre o financiamento público das campanhas eleitorais e o voto distrital misto.

Adepto do custeio das campanhas exclusivamente por recursos públicos, Sérgio Machado acredita que essa sistemática pode garantir maior transparência aos gastos, além de deixar os concorrentes em igualdades de condições. Para Simon, outro entusiasta da idéia, as eleições passadas são uma prova da necessidade de aprovação da medida.

– Ninguém dá dinheiro de graça. O recebimento de dinheiro pelo candidato é a origem de toda a corrupção – alertou.

José Eduardo Dutra revelou-se preocupado com a argumentação que os adversários do financiamento público devem levantar, baseada na falta de recursos públicos para outras finalidades, classificadas como mais importantes. Para ele, os senadores têm a responsabilidade de travar esse debate de maneira didática junto à população. O presidente da CCJ associou-se à preocupação de Dutra e comprometeu-se a promover o esclarecimento da opinião pública para que a população entenda que "é melhor votar em um candidato financiado com dinheiro público que votar no candidato que recebe dinheiro e, por isso, representa interesses econômicos".

Contrário à proposta de adoção de um sistema em que a eleição para deputados federais seria feita metade em distritos e metade pela votação em listas partidárias, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) acredita que a medida vai promover a "desideologização definitiva" da Câmara.

- A Câmara federal virará uma Câmara de Vereadores a nível nacional, em que os votos serão trocados por uma ponte – criticou Requião.

O senador pelo Paraná também criticou o voto em listas de deputados escolhidos "por partidos que nem existem". Requião vê outros interesses embutidos na proposta de mudança do sistema eleitoral. Para ele, "o projeto de 20 anos do neoliberalismo se sustenta também nessa reforma política".

Dutra concorda que, com representantes de distritos, a Câmara dos Deputados poderia se transformar em "uma espécie de tribunal de pequenas causas, movido por interesses paroquiais, em que os debates nacionais seriam escorraçados do Congresso". Porém, o senador do PT revelou que tende a votar a favor da proposta, com algumas modificações.

– Como está acontecendo hoje, o candidato do PT está roubando voto do candidato do PT e não disputando voto com o candidato do PFL, por exemplo – diagnosticou Dutra.

A confecção das listas é, para Simon, o ponto mais delicado dessa proposta. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) acredita que o voto distrital pode aumentar a influência do poder econômico por centralizar a disputa em determinada área.

Como signatário da proposta, Sérgio Machado considerou as críticas de Requião cheias de preconceito. Na sua opinião, a situação atual, em que sete em cada dez eleitores não se lembram em quem votou para deputado federal, deve ser mudada.

Fidelidade partidária enfrenta resistências

Na atual legislatura já se contabilizam mais de 200 parlamentares que trocaram de partido, sendo que alguns deles já mudaram de sigla quatro vezes. Diante dessa situação, o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator da proposta de emenda à Constituição que institui a fidelidade partidária, defendeu, durante a reunião da CCJ, a perda do mandato do congressista, em caso de mudança de legenda.

– Apenas 13 deputados se elegeram com os próprios votos. Os demais foram eleitos com o voto do partido e não podem se achar donos do próprio mandato. Essa é uma medida muito importante para o fortalecimento dos partidos – defendeu Sérgio Machado diante da comissão presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

Machado defendeu punição para quem deixar partido

A polêmica quanto à fidelidade partidária reside no cumprimento ou não dos princípios partidários. A proposta relatada por Machado prevê que, caso o parlamentar não cumpra as determinações aprovadas em convenção do partido, estará desrespeitando a orientação da agremiação.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), levando em consideração que a convenção pode delegar poderes à Executiva do partido, tende a votar a favor da supressão da perda do mandato por desrespeito a determinação partidária. Segundo ele, sua preocupação foi motivada por declarações do ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, de que a fidelidade partidária poderia facilitar a tramitação de propostas de interesse do governo na Câmara, por diminuir as defecções nos partidos da base governista.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou-se contrário à fidelidade relativa a questões temáticas dos partidos. O grande poder das instâncias partidárias sobre os políticos da legenda foi abordado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), para questionar o aumento do poder dos partidos.

Francelino lê parecer contrário a três emendas

Relator de sete das 11 propostas que compõem a reforma político-partidária, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou à CCJ pareceres contrários a três medidas propostas pela comissão especial que estudou o assunto. O senador posicionou-se contra o voto facultativo, a mudança no sistema de suplência dos senadores e a redução do mandato dos senadores de oito para seis anos.

Em outro parecer, sobre a limitação na divulgação do resultado de pesquisas eleitorais, Francelino apresentou substitutivo que, em vez de inscrever as restrições na Constituição, remete o assunto para lei complementar. Essa também foi a saída encontrada pelo relator sobre a proposta que muda a metodologia de cálculo do número de vereadores (*veja quadro*).

O senador relatou favoravelmente o projeto que restringe o acesso de partidos ao Fundo Partidário e ao horário gratuito de rádio e televisão, de acordo com o desempenho eleitoral, e o projeto que amplia o prazo para filiação partidária e mudança de domicílio eleitoral.

Francelino Pereira quer pesquisas reguladas em lei

As quatro propostas da reforma político-partidária instruídas pelo senador Sérgio Machado receberam pareceres favoráveis.

Reforma Político-Partidária

Proposta	Assunto	Relator	Parecer
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	Favorável
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Favorável
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	Favorável
PEC 38/98	Altera o cálculo do número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	Favorável, nos termos do substitutivo
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	Contrário
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	Favorável, nos termos do substitutivo
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	Contrário
PEC 42/98	Institui sistema eleitoral misto para as eleições para deputado federal e altera a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Favorável
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Favorável
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Favorável
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	Contrário

CAS aprova proibição ao comércio de sangue

Texto da Câmara dos Deputados regulamenta coleta, processamento e transfusão, mas uma emenda do relator José Alves exclui os hemoderivados para não pôr em risco a vida de pacientes que precisam de albumina ou imunoglobulina

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador José Alves (PFL-SE) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que regulamenta a coleta, o processamento e a transfusão de sangue. A proposta, que ainda será submetida à apreciação do plenário, proíbe qualquer tipo de comercialização de sangue e seus componentes.

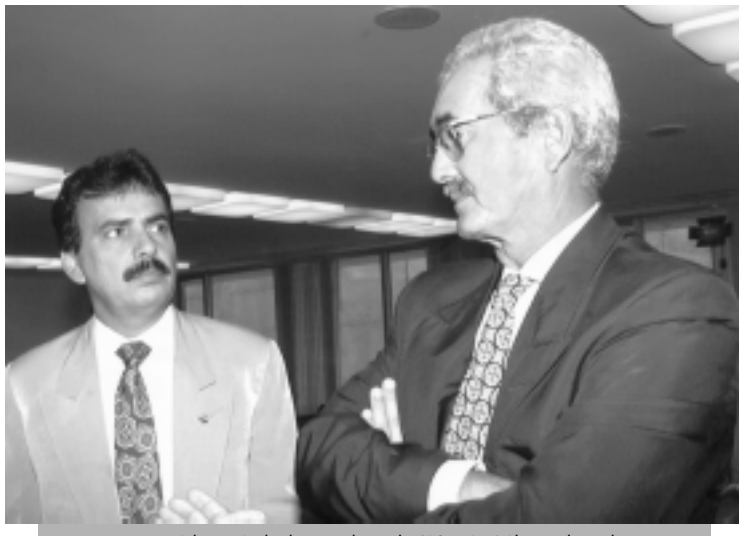
De acordo com o texto da Câmara, também ficaria vedada a comercialização dos hemoderivados, que são produtos oriundos do sangue total ou do plasma, obtidos por meio de processamento físico-químico ou biotecnológico. Mas o relator da matéria, sob o argumento de que o Brasil depende da importação desses produtos para abastecer seu mercado, apresentou emenda ao projeto, também aprovada na CAS, retirando da proibição os hemoderivados:

– A vida e a saúde de um grande número de brasileiros, entre eles os queimados, os politraumatizados, os que sofreram grandes cirurgias e necessitam receber albumina humana e os portadores de algumas doenças infecciosas, como tétano, hepatites e raiva, que necessitam receber imunoglobulinas, dependem desses medicamentos – explicou José Alves.

Mesmo considerando que o projeto tem alguns pontos contraditórios, necessitando, portanto, de uma análise mais detalhada, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) votou a favor do parecer de José Alves. Ela justificou sua posição dizendo não querer atrasar a tramitação do projeto, e informou que aguardará que o assunto entre na pauta do plenário para que seja aprofundada sua discussão.

A proposta estabelece a obrigatoriedade da assistência médica na triagem de doadores e determina a realização de testes individuais das amostras de sangue coletadas e a utilização de material estéril e descartável. Também cria, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (Sinasan), formado pelos organismos operacionais de captação de doações, coleta, processamento e controle do sangue e pelos centros de produção de hemoderivados.

Participaram da reunião de ontem, além do presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), os senadores Djalma Bessa (PFL-BA), José Alves (PFL-SE), Emília Fernandes (PDT-RS), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Nabor Júnior (PMDB-AC), Leonel Paiva (PFL-DF), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Osmar Dias (PSDB-PR).



Ademir Andrade, presidente da CAS, e José Alves, relator do projeto: proibição não deverá incluir os hemoderivados

Médico agradece apoio

O diretor da Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor, Aloysio Campos da Paz, esteve ontem no Senado para agradecer o apoio dado à instituição, sobretudo na tentativa de manter os recursos previstos para o Orçamento da União deste ano.

– Em nome da Rede Sarah e dos milhões de pessoas que atendemos, agradecemos a especial atenção desta comissão. No Brasil, são 25 milhões de incapacitados vítimas da violência urbana. Nós realizamos 14 milhões de procedimentos por ano – calculou o médico.

Campos da Paz, que também esteve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse que os cortes anunciados na terça-feira nas emendas ao Orçamento que atingiram a Rede Sarah comprometem o funcionamento da instituição. Ele acrescentou que, caso os cortes ocorram, não terá capacidade de investir na implantação de hospitais da rede em outros quatro estados.

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade, e o senador Lúdio Coelho reafirmaram seu compromisso de encontrar uma forma de reverter os cortes de recursos previstos no Orçamento para a Rede Sarah.

Suplicy teme que cortes orçamentários no IBGE inviabilizem o censo 2000

Suplicy faz elogio a fotógrafo

Ao lembrar o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê o direito de toda pessoa circular livremente, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou, em discurso na terça-feira, o fotógrafo Sebastião Salgado pela iniciativa de fazer uma exposição de fotos retratando a movimentação de populações no mundo.

O senador parabenizou também a iniciativa do fotógrafo de transformar sua própria fazenda em uma reserva ambiental plantando vegetação nativa – 1,3 milhão de árvores – nas áreas de pasto, que vai abrigar ainda um centro de educação ambiental.

Suplicy explicou que a exposição de Salgado terá 550 fotos e será exibida em vários países simultaneamente, no ano 2000. A temática da exposição gira em torno da movimentação de populações pelo mundo, "com extraordinário aspecto dramático neste final de século".

Segundo o senador, a exposição se divide em três subtemas: o êxodo rural para as grandes cidades; a África, sua fome, massacres e degradação ambiental; e os refugiados de guerra. Suplicy revelou que já chega a 130 milhões o número de pessoas vivendo fora de seus países de origem.

Para Suplicy, a exposição, além de revelar a preocupação de Salgado em iniciar uma grande discussão sobre o tema, chega em boa hora, uma vez que está em curso uma globalização econômica que pretende garantir o livre trânsito de bens, serviços e capitais. "E os seres humanos?", indagou.

O senador paulista também apelou ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral da proposta orçamentária para 1999, no sentido de rever cortes feitos nos recursos destinados ao IBGE. Segundo afirmou, o IBGE não conseguirá realizar o censo do ano 2000 se o corte de recursos for mantido.

TV debate a medicina alternativa

Um número cada vez maior de pessoas tem buscado tratamentos alternativos para solucionar seus problemas de saúde. A causa desse fenômeno e a eficácia de técnicas terapêuticas alternativas foram debatidas, na TV Senado, por dois médicos – os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Geraldo Althoff (PFL-SC).

Para Althoff, a procura por esses métodos se dá em grande parte pela desumanização da medicina convencional. "Muitas vezes, o que a população quer do médico é compreensão, carinho e atenção", opinou, destacando que é fundamental o médico dispor de tempo para ouvir o paciente.

Lúcio Alcântara acrescentou que, em pelo menos 50% dos casos de atendimento, não existe, efetivamente, uma patologia a ser tratada. Ele ressaltou a importância da figura do médico de família e dos programas governamentais que têm resgatado essa figura e esse método de tratamento. O debate vai ao ar hoje, à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

Rocha pede a senadores que aprovem projeto de extinção dos manicômios

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez ontem um apelo ao senadores para a aprovação de seu parecer final sobre as emendas de plenário apresentadas ao substitutivo que extingue progressivamente os manicômios e cria novos recursos assistenciais no tratamento das doenças mentais. O projeto de lei, que tramita no Senado desde 1991, consta da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Para Rocha, o parecer final representa consenso entre o projeto original do deputado Paulo Delgado (PT-MG) e o parecer do senador Lucídio Portella (PPB-PI), com a participação decisiva do Ministério da Saúde, de representantes do movimento da luta antimanicomial e da Federação Brasileira de Hospitais. "Na reunião de ontem (*terça-feira*), à noite, pudemos contornar as últimas dificuldades em relação às emendas de plenário e acredito termos chegado a um texto final que pode ser consensual", explicou Sebastião Rocha.

O senador pelo Amapá relatou que o artigo tratando de doentes mentais internados por longo tempo prevê uma política de reabilitação psicossocial sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo. O substitutivo anterior previa a assistência do Ministério Público, mas houve objeção do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), temeroso de que o dispositivo pudesse retardar a desinternação de doentes crônicos.

Porém, em relação aos casos de internação psiquiátrica involuntária, o parecer manteve a exigência de comunicação, no prazo de 72 horas, ao Ministério Público estadual, para salvaguardar os direitos das pessoas internadas nessas circunstâncias, garantindo que não haverá abusos nessas ações, por parte de familiares ou outros interessados. O mesmo procedimento deverá ser adotado por ocasião da alta do paciente.

Em apartes, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e José Eduardo Dutra elogiaram o esforço do relator e dos representantes das partes envolvidas para chegarem a um consenso, partindo de posições tão antagônicas.

Para Eduardo Suplicy (PT-SP) a importância de humanizar o tratamento dos doentes mentais pode ser medida pelo fato de a saúde mental representar a segunda maior verba dos serviços públicos de saúde.

Rocha disse que reunião na terça-feira definiu os últimos detalhes para a aprovação

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo e Josaphat Marinho